



PROJETO DE LEI  
PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PROCESSO Nº 3936/2021

DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE DE GUIA  
DE TURISMO MOTORIZADO NO ÂMBITO  
DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.

Art. 1º - Dispõe sobre a atividade de guia de turismo motorizado no âmbito do Município de Petrópolis.

Parágrafo único. Guia de turismo motorizado é o guia de turismo que utiliza em sua atividade veículos automotores de sua propriedade ou que estejam legalmente em sua posse para esta finalidade.

Art. 2º - Ao guia de turismo motorizado aplicam-se as normas estabelecidas:

I – na Lei Federal nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993 - Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências;

II – no Decreto Federal nº 946, de 1º de outubro de 1993 - Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo;

III – na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. O guia turístico motorizado deverá ter registro no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, do Ministério do Turismo - MTur.

Art. 3º - Além das regras técnicas específicas de sua função, o guia de turismo motorizado deverá atender às seguintes disposições:

I – zelar pela segurança e o conforto dos passageiros;

II - apresentar-se em serviço devidamente identificado com crachá do CADASTUR;

III - diligenciar a obtenção de transporte para os passageiros no caso de interrupção de viagens;

IV – prestar à fiscalização os esclarecimentos, bem como apresentar os documentos que lhe forem exigidos.

Art. 4º - Os veículos a serem utilizados deverão ser carros de passeio com:

I - no máximo cinco anos de uso, contados da data de sua fabricação;

II - no mínimo quatro portas; e

III - capacidade máxima de até oito passageiros.

Art. 5º - Na Carteira Nacional de Habilitação - CNH do guia de turismo motorizado deverá constar a informação que exerce atividade remunerada de acordo com o § 5º do art. 147 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, com a redação dada pela Lei Federal nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 6º - O Poder Executivo cadastrará o profissional e expedirá licença, autorizando a atuação do guia de turismo motorizado no Município.

§ 1º - A licença será personalizada, contendo nome do profissional, foto, seu registro no CADASTUR, o número de sua Carteira Nacional de Habilitação e terá validade de cinco anos.

§ 2º - A licença deverá ser afixada em local visível no veículo que estiver sendo usado na atividade do guia.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará em 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação desta sobre as sanções, caso haja denúncias de desempenho irregular de suas atribuições e atividades, conforme a gravidade da falta.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor em 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

*Driver Guides* ou Guias Motorizados é o nome dado aos Guias de Turismo que utilizam seus próprios veículos como ferramenta de trabalho para conduzir turistas. Este trabalho é direcionado a viajantes que procuram uma experiência personalizada e especializada, que não costuma ser oferecida por agências e operadoras de turismo convencionais. Em geral, estes profissionais são altamente qualificados, com anos de experiência no mercado, fluentes em diversos idiomas e com formação universitária.

Essa atividade surgiu pela necessidade das agências de turismo em cortar custos para viabilizar o atendimento a viajantes individuais, casais e pequenos grupos de amigos. Atualmente, agências de turismo e sites da internet oferecem serviços de *driver guide* pelo país.

Tendo em vista a vocação turística do Município de Petrópolis, proponho este Projeto de Lei, para que seja aprovado por meus pares na Câmara Municipal.

### **Legislação Citada**

Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993.

*Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da profissão de Guia de Turismo, no território nacional, é regulado pela presente Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, é considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

(...)

DECRETO Nº 946, DE 1º DE OUTUBRO DE 1993

*Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, D E C R E T A:

Art. 1º - É considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado na EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, nos termos da Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

(...)

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

*Institui o Código de Trânsito Brasileiro.*

(...)

Art. 147. O candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem:

(...)

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito – Contran. (Incluído pela Lei nº 10.350, de 2001)

(...)

Lei nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001.

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para motoristas profissionais.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 147. ( ... )

§ 3º O exame previsto no § 2º incluirá avaliação psicológica preliminar e complementar sempre que a ele se submeter o condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, incluindo-se esta avaliação para os demais candidatos apenas no exame referente à primeira habilitação.

( ... )

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito- CONTRAN. " (NR)

**EDUARDO DO BLOG**  
**Vereador**